

Eliane Siqueira Câmara¹
Carmen Andriolli²
Letícia Vieira³

Vozes do campo e áreas protegidas: a percepção ambiental de pequenos proprietários rurais sobre os recursos naturais

Introdução

A Floresta Nacional (FLONA) de Ritópolis é uma unidade de conservação (UC) de uso sustentável localizada no interior do estado de Minas Gerais. A sede desta UC é localmente conhecida por “Fazenda do Pombal”, local onde nasceu Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, importante personagem da história da Inconfidência do estado de Minas Gerais. A história da Fazenda do Pombal inicia-se a partir do século XVII, na época em que a economia de Minas Gerais se baseava principalmente na pecuária e agricultura de subsistência (MATOS, 1981), além da extração do ouro. Porém com o declínio da mineração, o local tornou-se o principal núcleo de abastecimento de bens de consumo das Minas Gerais (GUIMARÃES *et al.*, 2008).

Neste período, várias fazendas da região prosperaram economicamente, inclusive a própria Fazenda do Pombal, que produzia açúcar a partir do plantio da cana-de-açúcar. Neste contexto, a Fazenda do Pombal possui uma importância histórica significativa para os moradores do entorno, pois além de ser local de nascimento de um inconfidente, foi este local também que foi designado a ser sede das atividades de beneficiamento das produções agrícolas das

¹ Bióloga. Atua nas áreas: Biologia da Conservação, Gestão de Unidades de Conservação, Conservação dos Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Populações do Entorno, Gestão Ambiental. E-mail: elianecamara@gmail.com.

² Professora adjunta do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). E-mail: carmenandriolli@gmail.com.

³ Professora adjunta do Departamento de Ciências Naturais e vinculada ao quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: leticia@ufsj.edu.br.

populações circunvizinhas. No século XX, especificamente no ano de 1948, a Fazenda do Pombal foi adquirida pelo governo e, em 1971, foi tombada como patrimônio histórico (BRASIL, 2005). A última transição ocorreu em 1999, quando a Fazenda foi incluída na lista das UCs Federais e, desde então, ela é gerenciada pelo Instituto Chico Mendes para conservação da Biodiversidade (ICMBio). Esta UC tem cumprido com seu papel de zelar pelas ruínas da casa onde Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes e, o inconfidente, nasceu. Além de produzir mudas de espécies florestais e ornamentais, que estão de acordo com parte das exigências atribuídas a uma unidade de conservação desta classe. Nesta conjuntura, é notável a importância que essa unidade detém para a conservação dos recursos naturais e patrimônio histórico, além de promover a sensibilização quanto às questões ambientais (BRASIL, 2005).

A percepção ambiental se caracteriza por ser um termo interdisciplinar que objetiva compreender os fatores, mecanismos e processos que induzem as populações humanas a possuir percepções e comportamentos distintos em relação ao meio ambiente (FERREIRA, 2004). Já a gestão ambiental de uma unidade de conservação (UC) possui uma dependência intrínseca da compreensão que as pessoas do entorno têm do ambiente. Desta maneira, a percepção ambiental pode auxiliar os gestores a averiguarem as concepções da população do entorno de áreas protegidas sobre o ambiente, seus problemas e possíveis soluções (IBASA, 2006), podendo, a partir destas informações, elaborar mecanismos de ação para promover uma gestão ambiental mais participativa e adequada à realidade local.

A percepção ambiental como instrumento de análise aliada à metodologia da História Oral possibilita obter uma perspectiva diferenciada da relação homem-ambiente e permite que o objeto de estudo se torne sujeito (THOMPSON, 1992), dando voz a esses agentes, valorizando suas percepções sobre o espaço onde vivem. Com auxílio do contexto histórico local e da memória do indivíduo é possível resgatar a memória coletiva, pois a memória individual não é formada apenas do passado individual. Mesmo que seja lembrada por esse indivíduo, ela exibe uma coletividade baseada nas interações sociais ocorridas no passado e no presente deste indivíduo, de forma que a memória individual coexista com a memória coletiva (HALBWACHS, 1990). Por este motivo, através deste método é possível fazer um resgate histórico de como essas populações ocuparam esses espaços, como interagem atualmente com o meio ambiente através das suas relações de uso dos recursos naturais.

O objetivo principal deste trabalho foi entender as percepções ambientais que os moradores do entorno da Floresta Nacional

(FLONA) de Ritópolis, Minas Gerais, Brasil, têm sobre esta UC bem como da utilização dos recursos naturais por essas comunidades, e o impacto gerado pela implantação da UC na vida dessas pessoas. Desde a formulação do plano de manejo desta unidade de conservação nenhum outro estudo socioambiental foi realizado na região, de modo que a obtenção destes relatos orais traz uma perspectiva mais recente sobre a situação socioambiental do entorno desta unidade de conservação que poderão contribuir para uma gestão de UC mais condizente com a realidade da população do entorno.

Essa percepção ambiental foi obtida através da investigação e análise de dados coletados a partir da História Oral de quatro moradores, sendo dois pertencentes ao Povoado de Prainha e dois pertencentes ao Povoado Colônia José Teodoro, no que se refere à relação deles com os recursos naturais da região e os impactos da implantação da unidade de conservação nessa relação. E, de forma mais específica, visou-se compreender a percepção dos moradores: a) quanto ao perfil e as relações de uso dos recursos naturais pelos sujeitos entrevistados; b) sobre os recursos naturais antes e depois da implantação da UC; c) sobre a UC e, por fim; d) como os resultados obtidos na pesquisa se inserem na perspectiva da ecologia política de territórios.

Metodologia

Esta pesquisa foi realizada na Zona de Amortecimento da Floresta Nacional de Ritópolis (21°03'30"S; 44°16'25"O), localizada no município de Ritópolis, na região do Campos das Vertentes, microrregião de São João del-Rei, estado de Minas Gerais, Brasil. Esta unidade de conservação possui área que abrange 89,50 ha de extensão entre as coordenadas, em área de Mata Atlântica, denominada como Floresta Seca Estacional Semidecídua pelo sistema fitogeográfico estabelecido pelo IBGE(1992).

Dentre os povoados situados na zona de amortecimento da FLONA de Ritópolis, destacam-se dois povoados pertencentes ao município de Ritópolis: Colônia José Teodoro e Prainha. Foram selecionados quatro moradores, dois pertencentes ao povoado Colônia José Teodoro e dois pertencentes ao povoado de Prainha por possuírem maior conhecimento da região e por serem os representantes mais idosos dos povoados.

Optou-se por realizar a História Oral do tipo temática, ou seja, aquela que se faz um recorte específico de uma determinada época ou lugar (ALBERTI, 2005). A coleta foi conduzida de maneira que o entrevistado ficasse livre para dizer o que achasse necessário, porém, neste caso, foi estabelecido um parâmetro de condução da entrevista a

partir de alguns questionamentos pontuais e básicos presentes ao longo dos quatro relatos conforme apareciam na entrevista:

- Como era a região quando você era criança? (como eram os rios, os bichos, a vegetação)
- Como é a região para você atualmente? (como eram os rios, os bichos, a vegetação)
- Plantava? Caçava? Pescava? Se sim, o quê?
- Como era na época do Ministério da Agricultura?

Após as entrevistas foi realizada a transcrição literal do diagnóstico socioambiental através do *Windows Media Classic*, e para transcrição literal da história oral foi utilizado o programa *Express Scribe Transcription Software*, que diminui a velocidade do relato do entrevistado para facilitar o entendimento das falas pelo entrevistador.

Para análise dos relatos obtidos do diagnóstico socioambiental e dos relatos da história oral foi utilizado o contexto histórico da região para descrever a conjuntura dos moradores no local onde vivem com o objetivo de comparar a história local com os relatos obtidos. Para complementar a análise da história oral utilizou-se o conceito de memória coletiva proposto por Halbwachs (1990), e, para tanto, realizou-se a comparação dos relatos dos quatro moradores a fim de encontrar pontos em comum ou divergentes sobre as questões pontuais descritas anteriormente.

Resultados e Discussão

a) Perfis dos sujeitos entrevistados e o modo como utilizavam os recursos naturais

Através da análise do diagnóstico socioambiental semiestruturado de perguntas, foram coletados dados e, posteriormente, elaborada uma síntese de informações (Tabela 1), referentes à identificação dos entrevistados, como naturalidade, estado civil, profissão e local da residência atual. Concomitantemente, recolheram-se dados relacionados à categoria de unidade territorial e relativo ao tempo de ocupação da área. Foram quatro moradores entrevistados, no qual dois são homens e duas são mulheres. As mulheres (entrevistados 1 e 2) são moradoras do povoado Colônia José Teodoro, localizado muito próximo à UC, e os homens (entrevistados 3 e 4) moradores do povoado Prainha localizado mais distante da UC, mas ainda pertencente à zona de amortecimento da UC em questão. Todos os moradores são nativos da região, possuem idade superior a 75 anos, residem em suas propriedades há no mínimo 50 anos e afirmam possuir propriedade privada com documentação comprobatória. Afirmam também que a propriedade foi adquirida por herança dos pais ou outros familiares. O entrevistado 4 reside no povoado da

Prainha há 68 anos, porém pela profissão que exerceu durante maior parte de sua vida (garimpeiro), morou em outros estados, retornando sempre ao povoado devido à esposa que residia no local. Em relação ao tamanho das propriedades, três moradores possuem terras até 1,5 ha e um único morador possui propriedade com tamanho de 9,68 ha, ou seja, são propriedades familiares. Três dos entrevistados nunca moraram em outros locais, apenas um morou em muitos locais devido à oferta de trabalho em outras cidades. Em relação à profissão exercida, todos os entrevistados em algum momento de suas vidas foram lavradores; destes, dois homens exerceram a profissão de garimpeiro, enquanto uma mulher exerceu a profissão de cozinheira e a outra se tornou dona de casa. Atualmente todos são aposentados.

Em princípio, a análise da história oral possibilitou a formulação de um quadro comparativo referente à interação dos moradores com os recursos naturais no passado (Tabela 2) Foram estabelecidas subcategorias referentes a cada recurso: uso da terra; uso dos rios; uso dos animais; uso de ervas medicinais e uso do minério. Em relação ao uso da terra, todos os entrevistados produziam arroz, feijão, milho e alguns tipos de leguminosas. Além de todos os sujeitos plantarem em seu próprio terreno, em algum momento foram meeiros ou seus familiares o foram, ou seja, trabalhavam em terras de outras pessoas e a colheita era dividida entre as partes. Quanto ao uso dos rios, todos os entrevistados eram pescadores ou possuíam familiares que eram. Pescavam para subsistência e o excedente eles vendiam ou trocavam por mantimentos.

Tabela 1 – Perfis dos sujeitos entrevistados

Entrevistados	Sexo	Nascimento	Profissões	Estado Civil	Residência atual	Propriedade privada	Primeiro ocupante da área	Início da Ocupação atual
1	Mulher	Colônia José Teodoro	Lavradora/cozinheira	Solteira	Colônia José Teodoro	Sim	Não (herança)	1931
2	Mulher	Colônia José Teodoro	Lavradora/dona de casa	Casada	Colônia José Teodoro	Sim	Não (herança)	1958
3	Homem	Prainha	Lavrador/garimpeiro	Casado	Prainha	Sim	Não (herança)	1952
4	Homem	Prainha	Lavrador/Garimpeiro	Viúvo	Prainha	Sim	Sim (herança)	1948

Em relação à posse de animais domésticos, três dos entrevistados afirmaram possuir gado, dois possuíam galinhas, um possuía porcos e um afirmava possuir apenas um cavalo para transporte. Quanto aos animais silvestres (“da mata”), metade dos entrevistados afirmaram que eles próprios ou seus familiares caçavam, geralmente para consumo próprio. Dois entrevistados (entrevistados 1 e 2) afirmaram que não caçavam animais do mato, porém, o sujeito entrevistado 1 disse não haver a necessidade de caçar, pois os bichos apareciam.

Metade dos entrevistados admitiram ter feito e ainda fazerem uso de ervas medicinais. Com relação ao uso/extração do minério, dois (50%) dos entrevistados (entrevistados 3 e 4) extraíam minério de forma autônoma e posteriormente trabalharam em empresas mineradoras da região.

Os núcleos de povoamento na região do Rio das Mortes se formaram a partir das atividades de extração de ouro e produções agrícolas (GUIMARÃES, 1988). Além da influência por parte do Estado ao fomento da agricultura na região, com a escassez da atividade aurífera, a extração do minério manganês tomou impulso na região, favorecido pela antiga Ferrovia Oeste de Minas responsável pelo transporte destas produções locais (CAMPOS, 2005; GUIMARÃES, 2008). Desta maneira, parte das populações dos povoados da região se dedicaram à extração deste minério, o que pode ter favorecido a visão utilitarista dos recursos naturais pelos sujeitos entrevistados.

b) Como eram os recursos naturais na região antes e depois da implantação da UC

Para a categoria de como eram os recursos naturais na região, foram estabelecidos subgrupos denominados: mata, rios e bichos (Tabela 3). Para o subgrupo mata foram observados que os quatro sujeitos entrevistados afirmaram que a região tinha uma quantidade significativa de mata; destes, um entrevistado menciona que a composição da vegetação eram ramos finos, com pequenas árvores, e outro como mato de árvore.

A partir do subgrupo rios, obteve-se a síntese de percepções sobre o rio propriamente dito, e os peixes presentes neste rio. Através dos relatos obtidos, pode-se perceber que, em relação ao rio, um entrevistado não menciona como era o rio, dois entrevistados afirmam que o volume do rio era maior, um entrevistado comenta que não houve modificação.

Tabela 2 – Uso dos recursos naturais pelos sujeitos entrevistados

	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
Uso da terra	Pais agricultores. Meeiros. Produção de arroz, feijão, milho, inhame. Venda de capim jaraguai e gordura.	Pais agricultores. Meeiros. Produção de arroz, feijão, frutas.	Era meeiro, enquanto esposa e filhos cuidavam da lavoura em casa. Vendia fumo. Parou de plantar recentemente.	Trabalhava como meeiro na juventude.
Uso dos rios	Pai pescava para consumo e troca por mantimentos.	Pais pescava para consumo e vendia.	Era pescador e rodou a região pescando no Rio das Mortes para consumo próprio.	Era pescador, mas apenas para consumo próprio.
Uso dos animais	Animais domésticos: só tinha cavalo para transporte. Animais da mata: o pai não precisava caçar, eles apareciam, como o tatu.	Animais domésticos: tinha pouca quantidade de galinhas, cabritos e gado. Animais da mata: o pai não caçava, pois não tinha vocação.	Animais domésticos: tinha vaca de leite. Animais da mata: caçava toda a noite para alimentar os filhos, pois não tinha condições de comprar carne.	Animais domésticos: tinha vacas, galinhas e porcos. Animais da mata: não gostava de caçar, mas afirma que a maioria das pessoas caçava para consumo próprio.
Uso de ervas medicinais	Congonha do mato, erva-de-são joão.	Alfavaca cheiroso, carqueja, congonha-bate caixa, congonha-pubris, congonha-do-campo, assapeixe.		
Uso do minério			Trabalhou na mineração da região e foi garimpeiro autônomo no seu terreno.	Trabalhou na mineração da região e foi garimpeiro autônomo. Trabalhou em vários lugares do país.

Sobre os bichos que havia no local, todos os entrevistados mencionaram a espécie tatu, dois entrevistados mencionaram a espécie jacu, dois entrevistados relataram a presença de lagartos, dois entrevistados mencionaram capivara. As demais espécies: siriema, cascavel, jaracuçu, urutu, ouriço-caixeiro, gambá, mico, paca, veado, gralha, pomba-trocal e pernilongo foram mencionadas apenas uma única vez. Do total de animais mencionados, 44,4% são mamíferos, 27,7% são aves, 22,2% são répteis e 5,5% são insetos.

As percepções ambientais a respeito de como era a área da atual FLONA de Ritópolis foram estabelecidas a partir dos próprios relatos dos entrevistados, e obteve-se dois subgrupos, no qual o fator determinante era a instalação de um posto de beneficiamento agrícola do Ministério da Agricultura. Portanto, foi estabelecido o subgrupo como era o local antes de ser instalado o Ministério da Agricultura e outro subgrupo após a instalação deste. Nesta fase, apenas dois entrevistados mencionaram como era o local no passado. Apesar de haver questionamentos pontuais a respeito de alguns aspectos, este método prioriza o discurso dos depoentes tendo em vista que eles mesmos direcionam suas próprias falas e, portanto, estabelecem um critério particular de importância para o que deve ser falado. Destes entrevistados que mencionaram como a FLONA de Ritópolis era antigamente antes da instalação do posto de beneficiamento agrícola pode-se perceber que o local era caracterizado por possuir as ruínas da

casa em que Tiradentes nasceu e era cercado por vegetação. De um lado, temos o entrevistado que achava bela esta paisagem; por outro, temos aquele entrevistado que achava o lugar descuidado.

Os resultados obtidos sobre como era o local da UC quando se instalou o posto de beneficiamento agrícola, demonstram a importância que este local teve na vida dos entrevistados. O local, além de fornecer emprego para os entrevistados e seus familiares, doava parte de sua produção para os moradores vizinhos ao estabelecimento, além da população vizinha poder levar suas produções agrícolas para beneficiamento no local. Mencionam que era uma época de muita fartura na região.

Tabela 3 – Como eram os recursos naturais na região e o local da FLONA antes de sua implantação

	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
Como era a região	Mata: não tinha, casa em frente à linha do trem. Tinha mata em outro local.	Mata: mato de árvore.	Mata: muito mato.	Mata: ramos finos, árvores pequenas, vegetação rasteira, capim.
	Rios: o rio era mais cheio, muitos dourados e mandis e piracanjubas.	Rios: não vê diferença, e tinha muitos dourados.	Rios: curimba, jaú, dourado e piáu.	Rios: tinha muita água, mandi, dourado e jaú.
	Bichos: tatu, paca, veado, capivara.	Bichos: tatu, cascavel, jaracuçu, urutu, ouriço caixeiro, pombal trocal, jacu, capivara, gralha, tucano.	Bichos: jacu, sirriema, tatu, mico, lagarto, gambá, cachorro do mato e pernilongos.	Bichos: tatu, lagarto.
Como era a FLONA antes de ser UC	Antes do ministério: muito mato e a casa de Tiradentes desleixada.	Antes do ministério: estátua e muro da casa de Tiradentes cercados por mato baixo. Achava muito bonito.	Antes do ministério: não tinha nada, só mato por todos os cantos; muita capoeira.	Antes do ministério: não mencionou.
	Época do ministério: plantações de abacaxi, tomate, azeitona, pera e uva. Frutos eram doados para a vizinhança, e venda de sementes para a pecuária. Era útil porque dava serviço. Os irmãos trabalharam no local.	Época do ministério: moinho, máquina de arroz, 2 a 4 bois para transporte. Plantações de manga, laranja, abacaxi, arroz, feijão. Fartura na região. Ela e os irmãos trabalharam no local.	Época do ministério: não mencionou.	Época do ministério: não mencionou.

Os relatos orais relativos às percepções que os sujeitos entrevistados possuem da região atualmente foram condensados em um quadro comparativo (Tabela 4), e levou-se em consideração as seguintes subcategorias: mata, bichos, rio e região. A partir da subcategoria mata, pode-se observar que as percepções ambientais a respeito da vegetação estão muito atreladas às plantações, cultivo de culturas, sendo descrito pelos entrevistados a partir desta perspectiva. O entrevistado 1 pode ter sido influenciado pela proximidade da residência com a UC, relatando um aumento da vegetação devido à proibição do corte. O entrevistado 2, que também mora próximo à UC, remete suas falas no sentido da escassez

de lavouras na região e do excesso de burocracia para conseguir plantar atualmente devido às proibições. Sugere-se que esta percepção está relacionada à rigidez das leis ambientais nas localidades que fazem fronteira com a UC, impossibilitando as populações locais de plantar como antes. O entrevistado 3 revela que, em sua opinião, a vegetação acabou na região, o que pode ser um reflexo de que atualmente não existem mais plantações em sua região. O entrevistado 4 não cita algo relativo à vegetação atual em suas falas, o que pode ser reflexo da distância de sua residência da UC, ou de que para este entrevistado naquele momento durante o recolhimento dos dados não foi relevante abordar essa questão, o que não deixa de ser um resultado.

As percepções ambientais relativas aos bichos são divergentes entre as falas dos sujeitos entrevistados no sentido de que, para alguns, a quantidade de bichos em geral aumentou e, para outros, apenas algumas espécies aumentaram em quantidade na região. O entrevistado 1 relata que os únicos animais que aumentaram na região são as pacas e capivaras. Esta percepção pode ter sido ocasionada pela localização de sua propriedade, que é à beira do Rio das Mortes, sendo que estes animais estão mais presentes neste tipo de local. Os entrevistados 2 e 3 tiveram suas percepções similares em relação ao aumento das aves na região, porém suas justificativas do aumento são díspares, e o entrevistado 2 demonstra certa preocupação com as aves, pois acredita que não há disponibilidade de alimento para estes animais e; o entrevistado 3 relata que o aumento das aves se deve à proibição da caça. Já o entrevistado 4 não menciona sua percepção em relação a esta subcategoria.

Em relação à subcategoria rios, quando se parte para a análise comparativa das falas, foi observado a partir dos relatos dos sujeitos entrevistados que estes possuem percepção ambiental semelhante para este quesito. Todos mencionam que o volume de água do Rio das Mortes diminuiu atualmente e a quantidade de peixes é menor, apesar de haver reposição de alevinos em algumas épocas no rio. Para o entrevistado 1, a quantidade de peixes está sendo reduzida devido ao fato das pessoas não esperarem o tempo correto de pescar o peixe, pescando-os muito jovens. Para o entrevistado 2, ainda existem peixes, porém não em muita quantidade, e que há reposição dos mesmos no rio. Os entrevistados 3 e 4 não mencionam opinião acerca da quantidade de peixes presente nos rios atualmente. Estas percepções sobre o rio podem ser justificadas pela localidade das residências. Os entrevistados 1 e 2 moram muito próximos ao rio, o que os fazem perceber as alterações e intervenções humanas no rio com mais facilidade que os entrevistados 3 e 4, que moram mais distantes do rio e atualmente não pescam.

Sobre as percepções ambientais referentes à visão geral de como a região está atualmente, a partir das comparações entre os relatos orais dos sujeitos entrevistados, três alegam que a região acabou, pois não há mais atividade agrícola na região. Essas visões sugerem que essas pessoas possuem um apreço muito significativo no que se refere ao manejo das terras e seu cultivo, e, ao cessar essas atividades, a sensação sentida por eles pode ser entendida como esgotamento do que se tinha no local, morte do lugar, muitas pessoas deixaram o local, devido ao cerceamento de suas atividades costumeiras. O entrevistado 2 apresenta uma peculiaridade no que tange à percepção sobre a região: ao mesmo tempo que comenta como a região acabou e como ela e o cônjuge estão sozinhos, ela agradece a Deus por estarem assim. Já o entrevistado 4 argumenta que ninguém mais planta na região, pois comprar é muito mais fácil. O entrevistado 1 obteve uma percepção ambiental diferenciada sobre a visão da região. Este afirmou que atualmente muitas pessoas moram próximas à sua residência; inicialmente teve um posicionamento positivo sobre essas moradias e, logo depois, comenta que é por isso que a tranquilidade e o sossego de outrora não são mais possíveis. Essa percepção pode ser advinda das recentes ocupações por sítiantes de veraneio de outras cidades que começaram a ocupar terrenos próximos a sua residência.

Ao correlacionar os dados referentes às Tabelas 3 e 4 sobre o antes e o depois da instalação da unidade de conservação na região, *a priori* tem-se uma realidade distinta das demais unidades de conservação, pois a área destinada à preservação é um local de importância histórica, por se tratar do local de nascimento de Tiradentes (BRASIL, 2005), e além dessa questão, houve duas intervenções do estado neste mesmo local. A primeira intervenção do estado surge com a inauguração e implementação de um posto de beneficiamento agrícola a partir de 1948 (BRASIL, 2005), que foi um marco na vida dos moradores do entorno desta sede, pois aumentou a oferta de empregos na região e com isso incentivou a já existente produção agrícola local; possuía maquinário de beneficiamento de produtos agrícolas e permitia que as pessoas da região usufruíssem dessas máquinas, e com isso incentivava a produção agrícola de subsistência dessas populações; e por último, priorizava a produção de sementes com o objetivo de distribuição para as pecuárias da região, e por isso, parte da produção de frutos era doada às populações vizinhas. A partir destas premissas é inegável o valor que este local adquiriu para esta população. A segunda intervenção do estado foi o fechamento deste posto de beneficiamento e o tombamento da área a partir de um decreto-lei em 1971 instaurando uma área protegida e, em 1999, passou a ser categorizada como Floresta Nacional sob administração do IBAMA (BRASIL, 2005).

As duas situações vivenciadas neste mesmo local são díspares sobre o uso dos recursos naturais locais, o que pode ter ocasionado uma certa influência nas percepções dos sujeitos entrevistados, que estavam inseridos no local antes mesmo da instalação do posto de beneficiamento, acompanhando todas as mudanças socioambientais que ocorreram na região. Ao longo dessa trajetória, a paisagem regional se modificou, como pode-se observar através dos relatos orais dos moradores, além da própria relação de trabalho local e maneira como estavam habituados a lidar com os recursos naturais da região. Outrora o estado incentivou a intervenção direta dos produtores no que concerne o uso dos recursos naturais, agora o estado reprime ou controla este tipo de uso através da instalação de uma unidade de conservação. Situação semelhante ocorreu na Estação Ecológica Jatohy, que anteriormente à implantação da unidade de conservação, era sede de uma fazenda produtora de café (ANDRIOLLI e SILVA, 2008). As percepções dos indivíduos destas duas realidades se assemelham no sentido de que para ambas as populações, a intervenção do estado sobre uma área que antes era produtiva e fornecia trabalho, agora não é mais, o que gera uma não identificação com o local destinado à preservação, pois a realidade e o contexto histórico no qual estão inseridos não compactua com os princípios conservacionistas da política ambiental brasileira baseada no conceito de “natureza intocável” como menciona Diegues (2000), no qual se prioriza a preservação da biodiversidade em detrimento da população local e suas relações de trabalho baseado na utilização dos recursos naturais.

Tabela 4 – Como é a região depois da implantação da UC FLONA de Ritópolis

	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
	Mata: as árvores grandes ficam porque não pode cortar mais. Não tem ervas para fazer chá.	Mata: não menciona.	Mata: a mata está acabando.	Mata: não menciona.
	Bichos: Não tem nada de bichos, a não ser paca e capivara.	Bichos: aumentou tudo quanto é bicho que pode ver, muitos passarinhos.	Bichos: tem muito siriema, jacu e passarinhos.	Bichos: não menciona
Como é a região após UC	Rio: a quantidade de peixe diminuiu.	Rio: tem peixe, mas não é muito, "eles" soltam curimbinha para produzir mais.	Rio: o rio está acabando, secando.	Rio: o rio está raso.
	Mudou muito, porque agora tem muitos vizinhos.	A região acabou, poucos vizinhos e o IBAMA.	Ninguém mais planta lavoura na região	Ninguém mais planta na região porque fica mais barato comprar.

Tabela 5 – Percepções sobre a UC FLONA de Ritápolis

	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4
Nomeações para a FLONA de Ritápolis	Pombal, Ministério (Agricultura) e antiga sede da Ferrovia do Aço.	Pombal, km 110, IBAMA, Ministério (Agricultura).	Km 110.	Pombal.
	Indiferença quanto à existência da UC.	A UC não tem utilidade.	Não menciona durante a coleta do relato.	Não menciona durante a coleta do relato.
Percepções sobre a UC	Possui conhecimento sobre: fiscalização, multas e preservação da fauna.	Possui conhecimento sobre: a produção de mudas que ocorre na UC.		
	Visita a UC quando tem missa (Dia da Árvore).	Não visitou a UC desde sua implantação no local.		
	Menciona o nome do antigo gestor da UC.	Menciona o nome do antigo gestor da UC e afirma que não sabe quem é o atual gestor.		

c) Percepções sobre a UC FLONA de Ritápolis

Os relatos orais sobre a unidade de conservação foram sintetizados em um quadro comparativo para melhor interpretação dos dados (Tabela 5). Esta tabela está caracterizada por duas subcategorias distintas: nomeações para a FLONA de Ritápolis e percepções gerais sobre a FLONA (utilidade, visitação, atividades realizadas na UC). Em relação à primeira subcategoria, os sujeitos entrevistados durante a coleta dos depoimentos orais não mencionam em nenhum momento o atual nome da unidade de conservação: FLONA de Ritápolis. Essa questão pode sugerir que os sujeitos entrevistados não possuem conhecimento acerca da unidade de conservação, além de não saberem sobre sua categoria de área protegida de uso sustentável. Durante a coleta dos relatos orais, dois entrevistados (50%) (entrevistados 3 e 4) não direcionaram suas falas para o local atual (UC) remetendo-se sempre ao que o local foi ou uma característica de localização simplesmente sem correlacionar o local à área protegida. Isto pode sugerir que há um desconhecimento sobre o que o local se tornou, portanto, não se torna prioritário relatar em um depoimento oral, ou pode ser a não proximidade de suas residências da sede da UC. Dois entrevistados (50%) (entrevistado 1 e 2) durante a coleta dos relatos orais, mencionaram várias vezes alguns termos como: ministério (remetendo ao posto de beneficiamento agrícola), Pombal (referindo-se à fazenda no qual Tiradentes nasceu); km 110 (referem-se ao ponto que a antiga ferrovia parava o trem para passageiros, é próximo da UC); polícia florestal (como referência a algo relativo a proibição ou algum tipo de burocracia) ou

IBAMA (nomeação que “eles” deram ao local) e “eles” ou governo (utilizado quando não sabem ao certo a proveniência das promulgações ambientais que os afetam). A proximidade da residência dos entrevistados 1 e 2 do local da UC pode ser um indício de que eles o reconhecem como um órgão ambiental.

Os relatos orais a respeito do que os entrevistados acham atualmente da unidade de conservação demonstram que os mesmos não possuem conhecimento sobre o que é uma unidade de conservação, sendo indiferentes à existência da mesma no local.

Embora os sujeitos entrevistados aleguem indiferença à presença da UC no local, ambos mencionaram algumas das atribuições exercidas pela unidade, o que denota que possuem um certo conhecimento a respeito de parte dos encargos de uma área protegida.

Em relação à visitação pelos sujeitos entrevistados à UC atualmente, estes relatam que não têm mais o hábito de frequentar o local. O entrevistado 1 relata que vai à sede da unidade de conservação quando há missa, e o entrevistado 2 relata que desde que a UC foi instalada, não foi mais ao local. Apesar da proximidade das residências destes entrevistados da sede da UC em questão, estes não frequentam o local. Sugere-se através dos relatos que as visitas não ocorram por não se identificarem com a sede, desconhecerem o que é e qual sua utilidade.

O quadro comparativo sobre como os entrevistados percebem a UC, demonstra que estas pessoas não possuem contato com a unidade de conservação nem com a gestão da mesma. Essa análise se deve inicialmente ao desconhecimento do nome atual da UC e, em um segundo momento, ao desconhecimento sobre o que é uma UC e quais são suas responsabilidades como órgão ambiental. Os relatos dos entrevistados sobre parte das atribuições desta UC no local se referem ao papel fiscalizador e punitivo desta unidade e sobre a produção de mudas do viveiro da UC. Em relação às nomeações dadas à unidade de conservação: IBAMA, governo, polícia florestal, “eles”, são termos designados a uma mesma entidade, a FLONA de Ritópolis. Deste contexto, podemos inferir que todos os termos estão relacionados a uma imagem de autoridade, poder, um órgão público que cria leis que não os deixa realizar suas atividades cotidianas. Esse cenário se repete com populações do entorno de outras áreas protegidas, como é o caso das áreas protegidas da APA Serra da Mantiqueira e do Parque Estadual Serra do Papagaio, localizados no município de Aiuruoca, em Minas Gerais (ANNUNCIATO, 2009). Parte da população do entorno dessas unidades presenciaram e foram punidos devido a uma fiscalização e aplicação de multa por construções irregulares no entorno das áreas protegidas. Esse fato isolado foi responsável por criar no imaginário da população local um certo preconceito a respeito dos órgãos reguladores ambientais da região, o que

gerou um estereótipo a respeito das unidades de conservação para aquela população, (ANNUNCIATO, 2009), apesar de não ter ocorrido nenhum fato mais significativo para a população do entorno da FLONA de Ritápolis criar essa imagem da mesma. A conotação negativa dada ao órgão ambiental é proveniente de experiências de outras pessoas da comunidade que foram punidas ou da legislação que proíbe ou burocratiza maneiras habituais de uso dos recursos naturais pelos moradores, impedindo-os de realizar suas práticas cotidianas. Para Annunziato (2009), a situação das comunidades do entorno da APA Serra Mantiqueira e Parque Nacional Serra do Papagaio sugere que por mais que as populações tenham uma experiência pessoal com o órgão ambiental, muito da impressão dos moradores provém dos estereótipos criados, o que pode se adequar também ao caso das populações do entorno da FLONA de Ritápolis. Porém, não é intuito do presente trabalho culpabilizar as populações do entorno das áreas protegidas e, sim, gerar uma reflexão a respeito do posicionamento da população sobre a UC e como a gestão da UC se posiciona perante a população. Este panorama, portanto, demonstra o não envolvimento da gestão da UC com a população, o que faz com que esta se fixe a preconceitos sobre a FLONA de Ritápolis.

A partir dos relatos orais sobre o que os sujeitos entrevistados acham sobre a UC e sua utilidade, pode-se sugerir que desconhecem o que é uma área protegida e suas funções. Apesar de mencionarem algumas atribuições que são responsabilidade da FLONA de Ritápolis, não souberam dizer o que achavam a respeito do local, sendo indiferentes à presença da UC na região. Esse desconhecimento sobre o que é uma área protegida pode ser fruto da própria política ambiental vigente que prioriza seus esforços num sentido único: a fiscalização dessas áreas (PADUA *et al.*, 1997). Ao se comparar a situação com outras realidades de populações do entorno de UCs, encontra-se caso semelhante em Montes Claros, no qual a população do entorno das Áreas de Proteção Ambiental Pandeiros e do Refúgio de Vida Silvestre Pandeiros desconhecem o que são e qual é a utilidade destas categorias de áreas protegidas (FIGUEIREDO, 2011). Esta realidade ainda se repete em relação ao desconhecimento das competências da gestão de uma UC, na Reserva Biológica Tinguá, no Rio de Janeiro, no qual a população do entorno não possui conhecimento sobre qual é a função de uma área protegida (VARELA *et al.*, 2013).

Por fim, ao serem questionados sobre a visitação à unidade de conservação, os sujeitos entrevistados demonstram que visitam pouco o local e/ou pararam de frequentar após a instalação da UC. O entrevistado que mencionou visitar o local por causa da missa do Dia da Árvore, inclusive, menciona que “eles” (FLONA de Ritápolis) estão arredios, não

voltando mais ao local no ano vigente. O que permite concluir que participam pouco, ou não participam, de ações ou eventos da UC, e desconhecem a gestão da mesma. Caso semelhante ocorre na APA e RVS Pandeiros no norte de Minas Gerais, no qual 92% dos moradores entrevistados do entorno alegam nunca ter participado de nenhuma ação a respeito da gestão destas áreas protegidas (FIGUEIREDO, 2011).

d) A FLONA de Ritópolis sob a perspectiva da Ecologia Política de Territórios

Com base nos resultados obtidos a partir da coleta dos relatos orais dos sujeitos entrevistados, percebe-se que a instalação da unidade de conservação no local gerou grandes alterações no modo de vida destas populações, influenciando nas relações de trabalho e de uso dos recursos naturais. Percebe-se, porém, que muito mais que apenas uma visão utilitarista dos recursos naturais da região, há, por parte dos moradores, uma relação de pertencimento e identidade com o local, pois naquele lugar eles nasceram, viveram durante toda sua vida e criaram seus filhos. Foi desta mesma terra que tiraram o seu próprio sustento e de seus familiares por gerações, estabelecendo um modo de vida próprio, fortemente conectado à terra e aos recursos naturais presentes naquela região. Como enfatizado por Tuan (1980, p. 131), “o apego à terra do pequeno agricultor ou camponês é profundo. Conhecem a natureza porque ganham a vida com ela”. Neste sentido, estas percepções podem ser consideradas como uma percepção de território usado, que está vinculada a uma construção social e histórica, o que gera pertencimento e identidade com o local (SANTOS E BECKER, 2007).

O local atualmente chamado como FLONA de Ritópolis, a partir do que foi levantado pela análise histórica regional, possui dois momentos distintos: de propriedade particular e propriedade do Estado. Como consequência desta área se tornar propriedade do Estado, a partir de 1948 (BRASIL, 2005) este local ficou à mercê das demandas do mesmo, o que originou duas configurações territoriais distintas para o mesmo espaço ao longo dos anos: inicialmente território de uso (do estado e populações vizinhas) com a criação do posto de beneficiamento agrícola e, a partir de 1971 (BRASIL, 2005), configurado como território de conservação (GUERRA E COELHO, 2009) estabelecendo-se, assim, como uma área protegida.

Diante deste cenário, no qual a implantação de uma área protegida interfere diretamente na região que foi instalada e nas populações que já se encontravam no local, implica-se que a delimitação deste território de conservação por um grupo distinto específico (Estado) gerou uma situação conflituosa ao se defrontar com a realidade territorial já existente na região (moradores locais). Essa situação é semelhante a que é

encontrada na comunidade do Mogol localizada no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca em Minas Gerais. (SANTOS *et al.*, 2012)

Desta maneira, a problemática se configura, por um lado, a partir da imposição do estado, na forma de normas e restrições específicas para utilização dos recursos naturais no entorno de unidades de conservação (BRASIL, 2000). Por outro lado, a perspectiva das populações, que têm a posse de suas terras e lidam com os recursos naturais há gerações e agem sobre o meio ambiente de acordo com suas necessidades e anseios. Ou seja, há uma sobreposição de territórios, no qual o território de conservação imposto pelo estado se sobrepõe ao território de uso construído por essas populações ao longo dos anos. A sobreposição de territórios implica diferentes territorialidades construídas por grupos sociais distintos sobre o mesmo local (GUERRA E COELHO, 2009). Portanto, ao se fazer a análise da história oral destes moradores, foi possível observar que a maneira com que eles percebem e utilizam os recursos naturais, percepção esta influenciada pelo incentivo do Estado no passado (posto de beneficiamento agrícola), entra em contradição com a nova concepção do Estado sobre o mesmo local (FLONA de Ritópolis). Sugere-se, portanto, que o Estado e a gestão da UC ao desconsiderar as percepções das populações locais sobre a nova territorialidade imposta e o não envolvimento da gestão da UC com a população sejam fatores que tenham influenciado fortemente as percepções ambientais destes moradores a respeito da área protegida.

Enfim, desta conjuntura, podemos afirmar que as táticas de proteção ambiental do Estado entram em conflito com os modos de vida das populações presentes no entorno e/ou dentro de áreas protegidas, gerando modificações nas maneiras de uso dos recursos naturais. Isto vai ao encontro do que Zhouri & Laschefski (2010, p. 23) denominaram de conflito territorial, no qual “existe sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial”.

Conclusões

“Muita gente pequena, em pequenos lugares, fazendo coisas pequenas podem transformar o mundo.” Eduardo Galeano

Com o desenvolvimento desta pesquisa através do recolhimento da história oral de moradores do entorno de uma unidade de conservação, é possível confirmar que o tempo de vivência dessas comunidades no entorno da FLONA de Ritópolis é um fator importante a ser considerado pela gestão da UC, pois é ouvindo quem conhece a região e participou de suas principais modificações socioambientais, que será possível uma

maior efetividade da gestão dessa unidade. Ao se conhecer o histórico local, percebemos que a visão utilitarista dos recursos naturais pelas populações do entorno, que foram em sua maioria lavradores voltados à agricultura de subsistência, incentivados inclusive pelo próprio estado, gerou modificações na paisagem local, o que culmina numa modificação socioambiental da região que influencia até os dias atuais na política ambiental de preservação da biodiversidade desta UC.

Foi possível perceber também, que a implantação de uma área protegida num local gera um divisor de águas na região. Saber como os moradores percebem os recursos naturais antes e depois da implantação da mesma, tem uma relevância significativa, pois a partir desta análise foi possível constatar que o estado interviu de maneiras distintas no local da UC. Essas intervenções para os moradores da região foram impactantes, pois são contraditórias em si mesmas. Incentiva o uso de recursos naturais com fomento da agricultura e geração de emprego, e *a posteriori*, reprime estas atividades com a instalação de uma área protegida. Essa mudança repentina e brusca acerca do que fazer com os recursos naturais existentes no local gerou uma não identificação da população com a nova intervenção, já que durante toda a sua vida sempre tiveram autonomia para lidar com suas terras da maneira que lhes eram convenientes. Essa situação ocorre ao desconsiderar o contexto histórico local, que é um dos fatores determinantes para argumentação contra a política preservacionista clássica que impera atualmente nas unidades de conservação, inclusive nas de uso sustentável.

Todas essas premissas sugerem, então, que não houve nenhum contato da atual gestão da FLONA de Ritópolis com a população local, o que gerou nessas populações um preconceito do que realmente uma unidade de conservação é e qual sua utilidade para estas populações. A não interação da gestão da UC com a população é fruto de uma política ambiental preservacionista que prioriza apenas a fiscalização dessas áreas, o que influencia diretamente no modo de atuação da gestão desta área protegida para com os moradores de seu entorno.

A intenção de se analisar a conjuntura socioecológica da implantação desta unidade de conservação sob a ótica da ecologia política de territórios foi a de trazer uma justificativa mais interdisciplinar sobre como as configurações territoriais interferem na realidade das unidades de conservação em geral. Ao se sobrepor territórios e territorialidades a um mesmo local, foi possível perceber que muito mais do que uma delimitação geográfica da área, essa situação gera um conflito territorial, que provavelmente influencia nas percepções dos indivíduos que estão inseridos nesta lógica. Também infere em como o estado em suas próprias contradições interfere de maneira a não valorizar as populações menos favorecidas no contexto socioambiental e políticoeconômico atual. Essa

reflexão, que deixamos em aberto para futuras pesquisas sobre o local, geraram perguntas que poderão ser respondidas em estudos posteriores, como: O que motivou o estado a modificar tão bruscamente o modo de utilização dos recursos naturais naquela região? Foi a pressão mundial preservacionista para criação de áreas protegidas? Ou uma intervenção arbitrária sem considerar o contexto socioecológico local?

Almeja-se com este trabalho que esta análise possa ser muito mais do que uma crítica à política ambiental vigente e a gestão de uma UC, mas que ele possa de fato colaborar para que essas situações conflituosas com os moradores do entorno sejam minimizadas e quiçá eliminadas no futuro. Para isto ocorrer de uma maneira efetiva, de forma a sair da teoria e ser colocada em prática, são necessárias atitudes e técnicas que possibilitem a aproximação da gestão da UC com a população do entorno. Inicialmente, a proposta consistiria em conhecer os habitantes do entorno, e a partir de suas próprias demandas e com participação efetiva da população em todas as fases, construir projetos e programas voltados ao desenvolvimento local, como o incentivo à agricultura sustentável, turismo rural de base comunitária, e fomento ao artesanato local. Sugestões estas que não estão desligadas da necessidade de desenvolver um projeto de Educação Ambiental que realmente alcance o público atingido. Sabe-se que a produção de cartilhas ambientais pouco geram efeitos nas práticas ambientais (ANNUNCIATO, 2009), pois a leitura é algo que ainda é privilégio de poucos na realidade rural, além de produzir mais resíduos danosos ao meio ambiente; portanto, sugere-se o desenvolvimento de uma radionovela que priorize práticas sustentáveis dos usos dos recursos naturais e que permita aos moradores conhecerem a legislação ambiental brasileira, seus direitos e deveres.

Conclui-se este trabalho com uma perspectiva otimista em relação à promoção do desenvolvimento sustentável de populações rurais no entorno de unidades de conservação, pois acredita-se que, desta forma, ao valorizar as populações menos favorecidas no contexto político socioecológico, possa de fato colaborar para a inserção dessas populações na sociedade, enfatizando suas necessidades e anseios e quebrar a conjuntura política hegemônica do capital sobre as minorias, prática esta, constatada falha, a princípio, para a efetividade da gestão de áreas protegidas no Brasil, e, por consequência, alcançar a tão sonhada preservação da biodiversidade.

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, H. *Conflitos ambientais no Brasil*. Relume-Dumará, 2004.
- ALBERTI, V. *Manual de História Oral*. 3.^a Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.18
- ANDRIOLI, C. S.; SILVA, M. A. M. De fazenda de café a área de preservação. A dissolução do colonato na fazenda Jatahy (SP). In: NEVES, D. P.; SILVA, M. A. M. *Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil: formas tuteladas de condição camponesa*. Editora UNESP, v. 1, 2008, p. 185-204.
- ANUNCIATTO, A. *Experiência e Resistência – Alternativas em educação ambiental de adultos moradores de zonas rurais por meio da história oral*. Dissertação (mestrado) Faculdade de Educação Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- BECKER, B. K. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, M. et al.. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3.^a Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 409p.
- BOUSQUET, B. Elements de base pour une politique de conservation des espaces naturels dans le cadre des projets de développement. In: MALDAGUE, M.; MATUKA, K & ROLAND, A (Eds.), *Environnement et gestion des ressources naturelles dans la zone africaine de l’océan Indien: Comores, Madagascar, Maurice, Réunion (France), Seychelles*. Séminaire International Sur la Gestion de L’environnement Tomasina, Madagascar 25 set. – 02 out., Paris, Unesco, 1989, p. 305-328.
- BRASIL. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. MMA – Ministério do Meio Ambiente/IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis. Brasília, DF, 2000.
- BRASIL. *Plano de Manejo da FLONA de Ritópolis*. MMA – Ministério do Meio Ambiente/IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. Brasília, DF, 2005. 226p.
- BRASIL. Lei n.º 11.284. Dispõe sobre a gestão de Florestas Públicas para produção sustentável. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, DF, 2006.
- CAMPOS, B. N. *Marcas de um Ferrovias: a Estrada de Ferro Oeste de Minas em São João del-Rei (1877-1915)*. São João del-Rei: Universidade Federal, 2005.
- CASSAB, L. & RUCHEINSKY, A. *Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral*. Revista Biblos. Rio Grande, v. 16, 2004. 12p.
- COSTA, R. G. S., COLESANTI, M. M. *A contribuição da percepção ambiental nos estudos de áreas verdes*. RA'E GA 22, 2011, p. 238-251.
- DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 2000. 162p.

- FAVARO, C. E. *História oral/histórias de vida: das dificuldades de uma pesquisadora na coleta de depoimentos de mulheres velhas*. Estudos Leopoldinenses, v. 32, n. 146, 1996. p. 101-108.
- FERREIRA, C. P. *Gestão e Percepção Ambiental na Estação Ecológica Juréia-Itatins, São Paulo, Brasil*. In: *Commons in an Age of Global Transition: Challenges, Risks and Opportunities*, the Tenth Conference of the International Association for the Study of Common Property, Oaxaca, Mexico, 2004. 30p.
- FIGUEIREDO, L. V. R. *Percepção Ambiental em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral*. 2011. 177f. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS - Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES. Montes Claros, 2011.
- GANEM, R. S. *Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas*. Edições Câmara, Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. 437p.
- GODELIER, M. *L'idéal et le matériel*. Paris: Fayard. 1984.
- GÓMEZ-POMPA, A & KAUS, A. *Domesticando o mito da natureza selvagem*. (Título original: Taming the wilderness myth). Bioscience, n. 42, v. 4, 1992.
- GUIMARÃES, B. M. M; FILHO, J. A. C.; LEAL, M. C. *Paisagem das Vertentes: Caderno 1*. São João del-Rei: UFSJ, 2008.100p.
- GUIMARÃES, G. A. *Bacia do Rio das Mortes*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del-Rei*. São João del-Rei, v. 6, 1988. 127p.
- GUERRA, A. J. T. & COELHO, M. C. N. *Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, 296p.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- IBASA. *Educação ambiental em unidades de conservação*. Instituto Brasileiro de Análises. Rio de Janeiro, 2006. 30p. Disponível em: <<http://www.ibase.br>>. Acesso: 27 ago. de 2015.
- IBGE. *Manual técnico da vegetação brasileira*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, DF, 1992. 91p.
- _____. *Dados Censitários*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 20 ago. de 2015.
- IGLESIAS, E. *Reflexões sobre o que fazer da história oral no mundo rural*. Dados, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1. 1984, p. 58-70.
- MAROTI, P. S. & SANTOS, J. D. *Narrativas orais como subsídio para um programa de educação ambiental direcionado a uma unidade de conservação*. A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora. São Carlos: RIMA, 2001, p. 197-224.

- _____. *Educação e interpretação ambiental junto à comunidade do entorno de uma unidade de conservação*. Tese (doutorado) Ecologia e Conservação de Recursos Naturais, UFSCAR, São Carlos, 2002.
- MASSOLO, A. *Por amor y coraje en movimientos urbanos de la ciudad de Mexico*. El Colégio de Mexico, Programa Interdisciplinario de Estu. E. la M. Mexico, 1992.
- MATOS, R. J. C. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. São Paulo: Itatiaia, v. 1, 1981. 403p.
- PEREIRA, R., C. *et al.. Monitoramento in situ da biodiversidade: Proposta para um Sistema Brasileiro de Monitoramento da Biodiversidade*. Brasília: ICMBio, 2013, 61p. Relatório do MMA/ICMBIO para Planejamento de conservação da biodiversidade in situ.
- PRIMACK, R. B. & RODRIGUES, R. *Biologia da Conservação*. Londrina: Midiograf, 2001. 327p.
- PADUA, J. A. A ocupação do território brasileiro e a conservação dos recursos naturais. *In: por M. MILANO, L. TAKAHASHI e M. NUNES. Unidade de conservação: Atualidades e Tendências*. Fundação O Boticário, Curitiba, 2004.
- PADUA, S. M.; TABANEZ, M. F.. *Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. Brasília: Ipê, 1997.
- PIRATELLI, A. J. & FRANCISCO, M. R. *Conservação da Biodiversidade: dos conceitos às ações*. Technical Books Editora, 2001. 239p.
- RAMOS, A. As unidades de conservação no contexto das políticas públicas. *In: CASES, M.O. Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação*. WWF- Brasil/IPÊ-Institutos de Pesquisas Ecológicas, Brasília, 2012. 396p.
- SANTOS, A. S. P.; ALMEIDA, F. A. B.; COELHO, E. A.; PIRES, M. F. A. *Conhecimentos e saberes no entorno do Parque Estadual do Ibitipoca, MG: a realidade da comunidade do Mogol e os desafios para uma nova política de gestão territorial*. Geografias-Artigos Científicos, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, 2012, p. 42-59.
- THOMPSON, Paulo (1935-). *A voz do passado - História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 388p.
- TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980. 131p.
- VARELA, S. M.; LOPES, A.; FERREIRA, M. C.; RICHTER, M. *A reserva biológica de Tinguá (RJ) e a comunidade do entorno: uma análise da relação a partir do conceito de percepção ambiental*. Anais - Uso Público em Unidades de Conservação, n. 1, v. 1, 2013.

ZHOURI, A & LASCHEFSKI, K. *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. 23p.

WHYTE, A V.T. *La perception de l'environnement: lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain..* Unesco, Paris (Notes techniques du MAB5), 1977. 134p.

CÂMARA, Eliane Siqueira, Carmen Andriolli e Letícia Vieira. Vozes do campo e áreas protegidas: a percepção ambiental de pequenos proprietários rurais sobre os recursos naturais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro de 2017, vol. 25, n. 3, p. 561-590, ISSN 2526-7752.

Resumo: (*Vozes do campo e áreas protegidas: a percepção ambiental de pequenos proprietários rurais sobre os recursos naturais*). A percepção ambiental sob a ótica da História Oral possibilitou conhecer o contexto histórico e socioecológico sobre a utilização dos recursos naturais dos moradores do entorno de uma Unidade de Conservação (UC), Floresta Nacional de Ritópolis, Minas Gerais, Brasil. O não envolvimento dos moradores do entorno na gestão da UC reflete uma política ambiental baseada em práticas conservacionistas clássicas e ocasiona uma não identificação destes com a área protegida, produzindo preconceitos sobre o papel da UC e sua gestão. Essa situação culmina em um conflito territorial, com a sobreposição de territórios e distintas territorialidades sobre um mesmo local.

Palavras-chave: gestão ambiental, história oral, população do entorno.

Abstract: (*Rural voices and protected areas: the environmental perception of small rural owners about the natural resources*). Perceptions on the environment provided by the Oral History approach enabled an understanding of the historical and social-ecological context regarding natural resources on the part of residents neighboring on a Conservation Unit (CU), in the National Forest of Ritópolis, Minas Gerais State, Brazil. The resident's lack of engagement with the management of the CU is a reflexion of an environmental policy based on traditional conservationist practices which leads to a non-identification of the residents with the protected area, resulting in negative perceptions about

the role of CU and its administration. This situation culminates in a conflict based on different concepts of territoriality

Keywords: environmental management, oral history, surrounding residents.

Recebido em agosto de 2017.

Aceito em setembro de 2017.